

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## PORTARIAS, PROVIMENTOS E OUTROS ATOS DA PRESIDÊNCIA

### PROVIMENTO Nº 69/2016

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e dando atendimento ao que consta do Processo Administrativo nº 8500034-82.2016.8.06.0030, oriundo da Comarca de Aiuaba-Ce,

#### RESOLVE:

Art. 1º- **DESIGNAR ANA CÉLIA OLIVEIRA SANTOS ARRAES**, como Juiz de Paz **TITULAR** e **MARIA DO SOCORRO ALVES ALENCAR ANDRADE** como **SUPLENTE**, para presidirem as cerimônias de casamento civil cujos processos de habilitação tenham expediente no Cartório do 1º Ofício da Comarca de Aiuaba-CE, até a instalação da Justiça de Paz no Estado do Ceará.

Art. 2º- Aplicam-se às designações constantes deste Provimento as demais disposições do Provimento 01/98, de 8 de abril de 1998, publicado no Diário da Justiça de 15 de abril de 1998.

Art. 3º- Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições do Provimento nº 21/2016, publicado no Diário da Justiça em 19.04.2016, às folhas 02.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 9 de dezembro de 2016.

Desembargadora MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE  
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### PORTARIA Nº 2158/2016

Dispõe sobre aposentadoria de servidor.

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Processo Administrativo nº 8519728-30.2016.8.06.0000;

**CONSIDERANDO** a edição da Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2012, que acrescentou o art. 6º-A à Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003;

**RESOLVE** aposentar por invalidez, a partir de 2 de outubro de 2016, FRANCISCO WILLIAM BOTELHO DA PAZ no cargo de Oficial de Manutenção, matrícula nº 4182, nos termos dos arts. 89 e 152, da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974 (com a redação dada pela Lei estadual nº 13.578/2005) e art. 40, §1º, I, da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 (redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003), **ATRIBUINDO-LHE** os proventos mensais no valor de R\$ 5.224,57 (cinco mil, duzentos e vinte e quatro reais e cinquenta e sete centavos), a seguir discriminados:

Vencimento (Lei estadual nº 15.748/2014) AJ-34 – 40 horas	R\$ 1.632,68
(Hum mil, seiscentos e trinta e dois reais e sessenta e oito centavos)	
Gratificação de Risco de Vida – 40% (Resolução nº 35/2004)	R\$ 653,07
(Seiscentos e cinquenta e três reais e sete centavos)	
Gratificação Judiciária – 40% (Lei estadual nº 11.715/90)	R\$ 653,07
(Seiscentos e cinquenta e três reais e sete centavos)	
Gratificação de Exercício – 100%(Lei estadual nº 11.270/86)	R\$ 1.632,68
(Hum mil, seiscentos e trinta e dois reais e sessenta e oito centavos)	
<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 4.571,50</b>
(Quatro mil, quinhentos e setenta e um reais e cinquenta centavos)	
Parcela Complementar Irredutibilidade de Proventos	R\$ 653,07
(Seiscentos e cinquenta e três reais e sete centavos)	
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 5.224,57</b>
(Cinco mil, duzentos e vinte e quatro reais e cinquenta e sete centavos)	

tudo de conformidade com a Legislação acima explicada.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, aos 13 dias do mês de dezembro de 2016.

Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale  
Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará